



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002164-98.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Antonia Aparecida Estevao**
 Requerido: **Reader's Digest Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter firmado contrato com a ré relativo à assinatura de uma revista.

Alegou ainda que em anterior processo que teve curso neste Juízo a ré lhe devolveu valores indevidamente cobrados a esse título, mas depois disso insistiu nas mesmas cobranças.

A ré em contestação refutou os fatos articulados pela autora, esclarecendo que em abril de 2013 o contrato firmado com a autora foi cancelado e que as cobranças impugnadas se referiam a crédito a maior fornecido pela empresa administradora do cartão de crédito da autora, não configurando cobrança indevida.

A explicação da ré não convence.

De início, o documento de fl. 03 – que não foi impugnado por ela, diga-se de passagem – cristaliza o acordo entre as partes para que a ré restituísse à autora quantia que lhe tinha debitado.

Não foi apresentada justificativa para tanto, de sorte que é lícito presumir que os débitos foram indevidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

De outra parte, na peça de resistência a ré admitiu que em abril de 2013 o contrato com a autora foi cancelado, mas imputou à administradora de seu cartão de crédito a responsabilidade pelos descontos indicados a fl. 01.

Não amealhou, porém, um só indício que conferisse verossimilhança à tese (os documentos de fls. 20/21 não se prestam a tanto) e como se não bastasse deixou de se pronunciar sobre os documentos de fls. 45/55.

Eles demonstram que as cobranças trazidas à colação tiveram continuidade até pelo menos agosto/2014 (fl. 55), circunstância que à evidência milita contra a ré porque não se compreende que por ato da administradora do cartão de crédito da autora (repita-se que nada nos autos aponta para essa direção) os descontos tivessem sequência se em abril/2013 o contrato foi cancelado.

Ademais, ficou claramente configurado descumprimento à decisão de fl. 06 porque mesmo intimada em 11 de março (fl. 25) de que deveria abster-se de fazer novas cobranças contra a autora ela o fez em abril (fl. 51), maio (fl. 51), junho (fl. 52), julho (fl. 54) e agosto (fl. 55).

Ficará sujeita, em consequência, à multa fixada naquele decisório, que importará em R\$ 2.500,00 pelo número de cobranças levadas a cabo.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a condenação da ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.530,00 (R\$ 30,00 relativos ao pedido inicial e R\$ 2.500,00 em virtude da multa pelo descumprimento da decisão de fl. 06).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.530,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**